

A pesquisa em educação ambiental nas áreas de administração, ciências contábeis e turismo

O presente artigo tem por objetivo descrever o panorama da pesquisa em Educação Ambiental em periódicos nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Como forma de condução empregou-se a análise bibliométrica. Realizou-se buscas nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Spell (Scientific Pediodicals Eletronic Library) através do termo Educação Ambiental. Foram identificados 58 artigos em ambas as plataformas, entre os anos de 1998 e 2015. Os temas mais abordados estão voltados para o emprego da educação ambiental no setor empresarial, nos programas de graduação e pós-graduação e em questões relacionadas com a administração pública. Este destaque revela que a educação ambiental emerge de organizações com capacidade ou interesse para realizar ações de conscientização, ou estão relacionadas com o estudo formal do tema, através das universidades. Quanto a autoria, a consolidação de nomes de referência na área é insipiente. Este resultado pode ser influenciado pela interdisciplinaridade que o tema permite, bem como, pelo recorte de periódicos e pela não especificidade dos periódicos da área na divulgação das pesquisas sobre a temática. Os resultados também demonstram um aumento de publicações entre os anos de 2011 e 2015, em relação a períodos anteriores e o predomínio do uso de metodologias qualitativa de pesquisa.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Bibliometria; Administração; Ciências Contábeis; Turismo.

Research in environmental education management in, accounting and tourism

This article aims to describe the panorama of research in environmental education in journals in the areas of Administration, Accounting and Tourism. We used the bibliometric analysis. We did search for the term Environmental Education in the databases Scielo (Scientific Electronic Library Online) and Spell (Pediodicals Scientific Electronic Library). We found 58 articles in this database. The articles were published from 1998 to 2015. The most discussed topics are the use of environmental education in the business sector, in undergraduate programs and graduate programs and issues related to public administration. This shows that environmental education emerges organizations with the capacity or interest to carry out awareness campaigns or interest in the formal study of the subject in the universities. The consolidation of reference authors for the area is incipient. This result can be influenced by the interdisciplinarity that issue permits and also for choosing the area of periodicals and by no specialty of journals on the subject. The results also show an increase of publications between the years 2011 and 2015, compared to previous periods. The results also show the prevalence of use of qualitative research methodologies.

Keywords: Environmental Education; Bibliometrics; Administration; Accounting; Tourism.

Topic: **Educação Ambiental**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: **10/03/2017**

Approved: **09/05/2017**

Diefferson Alessi Bensberg

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7785762083862441>

diefferson.14@gmail.com

Maurício João Atamanczuk

Universidade Positivo, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/9824268420933826>

atamanczuk@hotmail.com



DOI: 10.6008/SPC2179-6858.2017.003.0019

Referencing this:

BENSBERG, D. A.; ATAMANCZUK, M. J.. A pesquisa em educação ambiental nas áreas de administração, ciências contábeis e turismo. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v.8, n.3, p.200-210, 2017. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2017.003.0019>

INTRODUÇÃO

As questões ambientais tornaram-se preocupação crescente nas últimas décadas. A conscientização do homem sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais tem despertado o interesse governamental, acadêmico e da sociedade como um todo, abrindo espaço para a compreensão da essência da educação ambiental e para a ressignificação de processos culturais.

Diferentes instrumentos de gestão foram criados com o intuito de assegurar e proteger as condições ambientais do planeta. Nesse contexto, as convenções internacionais tiveram importante participação na construção e concepção de valores, bem como, na tentativa de regular a ação humana em escala internacional. Tais convenções buscam combinar os interesses nacionais e internacionais, permitindo o acesso à informações e evitando a destruição de ambientes naturais (RIBEIRO, 2010).

Em 1972, a Conferência de Estocolmo foi um marco para a popularização das questões ambientais e para o desenvolvimento de propostas de estratégias a serem adotadas pelos atores sociais. Discutiu-se a necessidade de princípios comuns que orientem e direcionem a preservação do meio ambiente. A problemática ambiental passou a integrar a agenda política dos governos, em escala mundial. No contexto da disseminação de conscientização sobre os problemas inerentes às questões de escassez dos recursos naturais, posteriormente, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, em 1977, veio a fortalecer os objetivos e estratégias para a educação ambiental (ROCHA, 2003; MUNARETTO et al., 2014).

No Brasil, a disseminação da perspectiva ambiental tem avanço a partir da década de 80, por meio da promulgação da Lei nº6.938, de 31 de agosto de 1981, tornando-se objeto de políticas públicas e da agenda de movimentos sociais. Essa lei instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente que tem por objetivo “(...)a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade humana” (BRASIL, 1981).

Esta nova ordem ambiental internacional possibilita a reflexão e intensifica as oportunidades de cooperação entre os atores, direcionando esforços para precaver os impactos ambientais e demonstrando os reais interesses que envolvem o meio ambiente (RIBEIRO, 2010). Nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, as publicações estão voltadas para a compreensão da educação ambiental como uma perspectiva social que reflete à ação acerca dos desafios enfrentados pela gestão organizacional. Busca, na perspectiva socioambiental, formas de repensar os métodos e políticas praticados, difundindo também a ideia do comportamento ecológico, tanto na prática profissional como pessoal.

Evidencia-se também os processos de formulação, de implementação e de adoção de políticas e programas voltados para a conservação/preservação do meio ambiente, alicerçados no desenvolvimento sustentável. Para melhor compreender as nuances da abordagem do tema nos trabalhos publicados, o objetivo do presente artigo é descrever o panorama da pesquisa em Educação Ambiental em periódicos nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

REVISÃO TEÓRICA

Pode-se relacionar as origens da educação ambiental ainda com a primeira metade do Século XX. No ano de 1946, após o período da Segunda Guerra Mundial, passam a ser discutidos diversos temas para a reconstrução da sociedade. Neste período, é criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), visando debater aspectos relacionados à educação e em particular a educação ambiental, por meio da flexibilização dos governos e das demais entidades civis, em termos globais (BARBIERI et al., 2011).

Contudo, na segunda metade do século XX, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, com maior fortalecimento das causas ambientais, a educação ambiental passa a se destacar como mecanismo de sensibilização e conscientização para garantir as dinâmicas da vida (SILVA et al., 2006; STACCIARINI et al., 2015).

Um dos primeiros eventos de destaque ocorreu no ano de 1968, em Paris. A Conferência sobre a Biosfera, considerada o marco inicial do desenvolvimento sustentável, emerge com intuito de amplificar a compreensão da relação entre o ser humano e o meio ambiente, promovendo a expansão do conhecimento, novos valores, e a busca pela implantação de relações saudáveis entre as populações com o planeta (BARBIERI et al., 2011).

No ano de 1972, em Estocolmo, durante a CNUMAH (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano), elaborou-se a Declaração sobre o Ambiente Humano, pautada em 26 princípios orientadores, de caráter interdisciplinar, para construção de um ambiente que possibilite a harmonização dos aspectos humanos e naturais, essenciais para o bem-estar social. O princípio 19 desta declaração aborda a necessidade da educação para as questões ambientais afim de promover as bases da opinião pública para estabelecer a conduta de indivíduos, empresas e coletividade para evitar deterioração do meio ambiente humano.

Em 1975, a UNESCO e o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) realizaram o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, do qual originou-se a Carta de Belgrado. Este documento contém os elementos estruturantes de um programa ambiental para os diferentes níveis: local, regional e nacional. Estabelece como a meta básica da educação ambiental melhorar as relações ecológicas, desenvolvendo uma população consciente, preocupada com o meio ambiente e com os problemas relacionados a ele, com compromisso e responsabilidade para atuar individual e coletivamente na busca por soluções e na prevenção de possíveis problemas futuros (BARBIERI, 2004).

Contudo, é a partir da Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, realizado em Tbilisi no ano de 1977, que a educação ambiental estabelece seus principais fundamentos. Nesta conferência foram elaborados os princípios, objetivos e estratégias para a educação ambiental. Nesse contexto, a educação deve ser tida como uma atividade contínua, de caráter interdisciplinar, que englobe aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos, volvida para a participação social, visando à mudança de valores, alterando comportamentos e atitudes e, acompanhando o cidadão em todas as fases de sua vida (LIMA, 1999).

Iniciou-se, então, um processo de desenvolvimento de uma nova consciência social sobre o valor ambiental, objetivando reorientar a produção de conhecimento, fundamentado em métodos de interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Esse campo educativo tem sido fomentado transversalmente, e tem possibilitado a efetivação de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis da educação (JACOBI, 2003).

A educação ambiental pode ocorrer no âmbito formal e informal, vinculado às instituições de ensino e ao convívio diário em sociedade. Pautada nestes aspectos de desenvolvimento, busca sensibilização para redução dos efeitos predatórios da ação humana à natureza, gerando, dessa forma, maior harmonização do espaço e da sociedade (STACCIARINI et al., 2015).

No Brasil, o desenvolvimento dessa conscientização tem amparo em política específica. A Política Nacional de Educação Ambiental foi criada no Brasil no dia 27 de abril de 1999, sancionada pela Lei nº9.795 e regulamentada pelo Decreto nº4.281/2002, tornando contínuo e permanente o ensino da educação ambiental em todos os níveis educacionais, de forma transversal, em caráteres formal e não-formal. De acordo com o art. 1º, entende-se por educação ambiental:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A educação ambiental passa a exercer função fundamental para o despertar de uma nova consciência ecológica e o melhor entendimento dos problemas que afetam o meio ambiente. A educação ambiental constitui-se como um componente essencial para consolidar conhecimentos voltados ao crescimento humano sustentável através do desenvolvimento, harmonia econômica e justiça social (TANNOUS et al., 2008).

A educação ambiental, um saber ainda em construção, acende um estimulante espaço para reflexão das relações homem-natureza e para o processo de construção da sociedade na perspectiva ambiente-desenvolvimento, fortalecendo a visão integradora entre os elementos. Tais práticas sociais necessitam de professores mediadores, capazes de transmitir o conhecimento, de modo a embasar adequadamente a compreensão a respeito do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade individual para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Nesse sentido, a educação para a cidadania auxilia na motivação na transformação das diversas formas de participação em fatores de dinamização da sociedade e ampliação do controle social. Trata-se de criar condições para a ruptura com a cultura política predominante e para o desenvolvimento de um novo modelo de sociabilidade, fundamentada na educação participativa, a qual será possível mediante a presença crescente de uma pluralidade de atores que, através do seu potencial de participação e integração, terão cada vez mais condições de intervir nos processos decisórios de interesse público, legitimando e consolidando propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação e na consolidação de canais

abertos para a participação, que por sua vez, são precondições básicas para a institucionalização do controle social (JACOBI, 2003).

METODOLOGIA

O presente artigo busca apresentar um panorama da pesquisa em educação ambiental nas áreas de administração, ciências contábeis e turismo. Classifica-se, quanto aos seus objetivos como pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), tem como objetivo compreender e descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis, sendo, portanto, o tipo de pesquisa na qual os investigadores estão preocupados com a atuação prática.

A pesquisa é conduzida pela análise bibliométrica e pesquisa bibliográfica. A análise bibliométrica é definida por Araújo (2006) como uma “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. A pesquisa bibliográfica é feita mediante o levantamento teórico disponível nas diferentes plataformas. A principal vantagem desse tipo de pesquisa está no fato de permitir com que o pesquisador tenha disponível uma ampla gama dos fenômenos estudados (GIL, 2008).

Considerando os métodos empregados, a pesquisa se classifica como qualitativa e quantitativa quando à sua natureza, uma vez que, tanto busca quantificar os resultados como apresentar análises qualitativas, sem considerações de mensuração para os mesmos. Segundo Creswell (2007) os métodos mistos “se desenvolveram em resposta à necessidade de esclarecer o objetivo de reunir dados qualitativos e quantitativos em um único estudo”, possibilitando a compreensão a partir de dados e análises complexas.

Para a seleção dos artigos considerou-se a busca em duas bases de dados as quais juntas apresentaram 58 artigos para a realização da pesquisa. A primeira base consultada é a Scientific Periodicals Eletronic Library (Spell) a qual indexa artigos publicados nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Nesta base realizou-se a busca pelo termo “educação ambiental” e, considerou-se para a pesquisa apenas aos artigos. Portanto, descartou-se as resenhas de livros. Foram selecionados o total de 30 artigos. A segunda Base de dados é o Scientific Eletronic Library Online (SciELO) com a busca realizada através do portal SciELO.org. Buscou-se pelo termo “educação ambiental”. Foram selecionados apenas os artigos publicados no Brasil, na área de Ciências Sociais Aplicadas e em periódicos que apresentam em seu escopo questões relacionadas as áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismos e possuem Classificação Qualis junto a CAPES nestas áreas. Selecionou-se 28 publicações.

Quanto aos procedimentos de bibliometria, foram analisados as seguintes variáveis: autoria; vínculo institucional dos autores; periódico de publicação; ano de publicação; natureza da pesquisa (qualitativa, quantitativa ou com as duas abordagens); método principal de condução da pesquisa e tema do artigo. Quanto aos procedimentos de pesquisa bibliográfica foram debatidos os temas identificados a partir dos artigos empregados na condução da pesquisa. A análise dos dados apresenta os resultados quantitativos da análise bibliométrica e as reflexões sobre os temas identificados nos artigos selecionados para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados consideram o levantamento das 58 publicações, mediante os aspectos metodológicos previamente estabelecidos. A primeira informação apresentada refere-se aos periódicos com maior número de publicações. Na tabela 1, tem-se propostos as publicações por periódicos, as quantidades de artigos publicados e suas porcentagens.

Tabela 01: Publicações por periódicos.

PERIÓDICOS	ARTIGOS PUBLICADOS	%
Ambiente & Sociedade	9	16%
RAM (Revista de Administração Mackenzie)	6	10%
Caderno Virtual de Turismo	4	7%
Cadernos Ebape	3	5%
GeAS (revista de gestão ambiental e sustentabilidade)	3	5%
Perspectivas em Ciência da Informação	3	5%
RAP	3	5%
REAd (revista eletrônica de administração)	3	5%
Revista ADM UFSM	2	3%
Revista Contabilidade & Finanças - USP	2	3%
Turismo em Análise	2	3%
Outras (com 1 artigo publicado)	18	31%
TOTAL	58	100%

Ficou evidenciado que a revista Ambiente & Sociedade têm o maior número de publicações, com o total 9 artigos, o que corresponde a 16% do total das publicações. Na sequência, a Revista de Administração Mackenzie, aparece com um total de 6 artigos, correspondendo 10% das publicações. Importante ressaltar que 31% dos artigos foram publicados em revistas distintas, as quais apresentam apenas uma publicação. O percentual de 43% das publicações (25 artigos), aparecem em revistas que divulgaram entre 2 e 4 pesquisas da amostra selecionada. Salienta-se que estes periódicos que possuem o maior índice de publicações têm em seu escopo a preocupação de publicar artigos relacionados à ciência da administração. Estes não fazem referência à intenção de publicação de artigos exclusivos na área de educação ambiental, apesar de aceitá-los. Analisou-se a evolução do total de publicações por ano. Os dados são apresentados no gráfico 1.

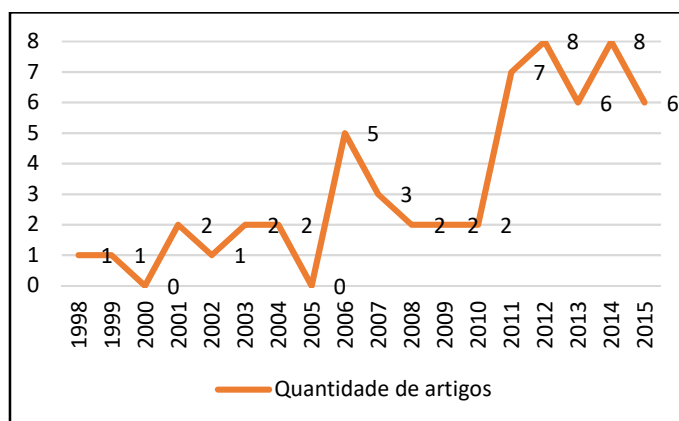


Gráfico 01: Artigos por ano de publicação.

Quanto ao número de publicações por ano, observa-se um aumento no período de 2011 à 2015 se comparado com períodos anteriores. Este aspecto pode representar um aumento dos debates sobre as

questões ambientais nos últimos anos refletindo na abordagem da temática nas pesquisas. Os temas abordados pelos autores foram catalogados e são apresentados na tabela.

Tabela 02: Temas pesquisados.

TEMAS	TOTAL DE ARTIGOS	PERCENTUAL DE ARTIGOS
Educação ambiental/empresarial	15	25,9%
Educação ambiental na graduação e pós-graduação	13	22,4%
Administração pública e educação ambiental	8	13,8%
Turismo e educação ambiental	7	12,1%
Desenvolvimento sustentável	5	8,6%
Educação ambiental/escolar	5	8,6%
Comportamento ambiental	3	5,2%
Contabilidade	2	3,4%
TOTAL	58	100,0%

Os estudos foram classificados em oito temas, conforme critérios estabelecidos na metodologia. A educação ambiental voltada para a perspectiva empresarial é a que apresenta o maior número de artigos, totalizando 15 trabalhos. Outro tema recorrente é o estudo da educação ambiental voltada para o campo da graduação e da pós-graduação, que apresenta 13 artigos. Estes temas representam 48,3% das publicações. Ainda se destacam as pesquisas voltadas para o campo da administração pública, que representa 14,8% do número de publicações (08 artigos).

A educação ambiental empresarial aborda as ferramentas e formas de gestão adotadas pelas organizações mediante a perspectiva ambiental. Busca a promoção do conhecimento e da conscientização, por meio da redução dos impactos ambientais causados pelo processo produtivo, alicerçado no desenvolvimento sustentável e no desenvolvimento de uma nova cultura organizacional e social. Por exemplo, o estudo de Melgar et al. (2006) considerou a aplicação de educação ambiental aos funcionários de em uma empresa do setor agrícola. Constatou-se em seus resultados que a educação ambiental pode contribuir para a mudança de hábitos, valores e atitudes dos funcionários agregando a execução do processo produtivo a consciência ambiental.

O estudo de Giesta (2013) debate a questão da inovação nas organizações. Com ênfase na educação ambiental, no desenvolvimento sustentável e na responsabilidade social, aponta a lacuna existente no processo de mobilização dos trabalhadores e o escasso diálogo entre o ambiente organizacional e a educação ambiental adotada pelas organizações.

O tema Educação ambiental na graduação e pós-graduação aborda a contribuição da formação para a consciência e do consumo ambiental dos universitários. Busca, também, compreender o reflexo das percepções acadêmicas sobre a educação ambiental, e os elementos necessários para a identificação de lacunas e tendências no processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, o artigo de Barbieri (2004), discute as questões pertinentes a respeito da implantação da educação ambiental nos cursos de administração, bem como a sua correlação com a disciplina de gestão ambiental que já vêm sendo trabalhada em diversos cursos.

Já o tema Administração Pública e Educação Ambiental refere-se à abordagem socioambiental, mediada pelos interesses e conflitos dos atores sociais, e pela busca da ampliação das possibilidades de envolvimento do cidadão na questão ambiental a partir de ações do poder público. Além disso, está

embasada na perspectiva da responsabilidade e atuação individual e coletiva na gestão ambiental. Nesse âmbito, o estudo de Vieira et al. (2007), discute as experiências municipais e o auxílio de órgãos governamentais no desenvolvimento do programa de gestão integrada de resíduos sólidos. Sendo assim, buscou-se encontrar soluções ambientais geradas pelo lixo urbano, promovendo a participação dos atores locais no processo de implementação do mesmo considerando a educação ambiental como instrumento.

Quando tratado do tema Turismo e Educação Ambiental os artigos abordam a questão do potencial econômico que o setor representa na atualidade e da promoção do desenvolvimento sustentável à partir conscientização ambiental e da percepção da necessidade de preservação dos recursos naturais e culturais. Perinotto (2008), em seu artigo, enfoca o turismo pedagógico em espaço rural como uma ferramenta de educação ambiental para diversos públicos. Nesse âmbito, o turismo no espaço rural pode ser alternativa viável para propriedades rurais que possuem potenciais naturais e/ou culturais.

A classificação dos artigos no tema Desenvolvimento Sustentável considerou que os artigos abordam as principais diretrizes e recomendações para o crescimento econômico e a educação ambiental em uma perspectiva global. Nesse sentido, Barbieri et al. (2011), discutem em seu estudo, as propostas intergovernamentais e tratam das questões mundiais da educação ambiental. Abordam ainda as iniciativas voluntárias no processo de inserção das instituições de nível superior para o movimento do desenvolvimento sustentável.

A prática da Educação Ambiental no ambiente escolar também foi considerado uma categoria de artigos abordados. Sobre esse tema, é discutido o desenvolvimento das ações pedagógicas em prol da construção de uma cidadania fundamentada nos conceitos de responsabilidade social e ambiental. Como exemplo, cita-se o estudo de Silva et al. (2012), que analisou a educação ambiental e a educação turística nas escolas, verificando as ações desenvolvidas em prol das questões ambientais e buscaram compreender a correlação entre os aspectos ambientais com a percepção dos atores sociais.

O Comportamento Ambiental foi estudado em três artigos da amostra selecionada. Refere-se aos aspectos de vida dos indivíduos e dos comportamentos da sociedade em relação ao meio ambiente, bem como o processo de conscientização ambiental e os fatores que estão relacionados ao comportamento ecológico. Silva et al. (2015), analisam em seu trabalho a relação entre os comportamentos ambientalmente responsáveis e a percepção de educação ambiental de alunos e servidores de uma instituição pública federal de ensino.

Tabela 03: Natureza da pesquisa.

NATUREZA DA PESQUISA	TOTAL DE ARTIGOS	%
Qualitativa	33	57%
Qualitativa/Quantitativa	17	29%
Quantitativa	8	14%

A Contabilidade é abordada em dois artigos da amostra selecionada. Estes referem-se a integração entre os aspectos econômicos, sociais e ecológicos. Averiguam a responsabilidade social corporativa e buscam a disseminação e o desenvolvimento da capacidade intelectual do ser humano sobre a proteção dos ecossistemas, bem como o desenvolvimento de novos valores, mediante uma perspectiva pautada na

sustentabilidade. Vellani et al. (2009) discute a integração entre o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade empresarial, salientando que as ações empresariais devem operar para a ecoeficiência. Quanto à natureza da pesquisa dos artigos selecionados, observa-se a divisão a partir da tabela 3.

Constata-se uma predominância das pesquisas de natureza qualitativa, totalizando 57% dos artigos. Salienta-se o número de pesquisas mistas (29% do total), que abordam o tema a partir de aspectos qualitativos e quantitativos. Foram identificadas 128 autorias nos 58 artigos analisados, as quais são assinadas por 115 autores diferentes. A tabela 4 apresenta uma síntese da divisão das autorias e do número de publicação por autores.

Tabela 04: Autores.

AUTOR	NÚMEROS DE AUTORIA	%
José Carlos Barbieri	4	3,1%
Agustina Rosa Echeverría	2	1,6%
Andreas Dittmar Weise	2	1,6%
Diego de Souza Guerra	2	1,6%
Dirceu da Silva	2	1,6%
Francisco Correia de Oliveira	2	1,6%
Giovana Escrivão	2	1,6%
Gustavo da Costa Lima	2	1,6%
Jane Eyre G. Vieira	2	1,6%
Kettrin Farias Bem Maracajá	2	1,6%
Lilian Caporlingua Giesta	2	1,6%
Autoria única	104	81,3%
Total de Autorias	128	100,0%

Conforme a tabela 4, apenas Barbieri se destaca como autor na área, com quatro publicações. Há poucos autores (10 no total) que assinaram dois artigos e, a maioria da amostra (104 autores), assinaram apenas 1 artigo. Deste modo pode-se observar que não há uma consolidação de autores, exceto Barbieri, quanto ao tema pesquisado se analisada as publicações nas bases consideradas. Este aspecto pode estar relacionado a não exclusividade do tema em pesquisa dos autores que publicação na área ou pode indicar que, as publicações desta temática não foram direcionadas para as revistas indexadas nas bases analisadas. Ao considerarmos a média de autores por artigo, observamos que há 128 autorias para 58 artigos, indicando uma média de 2,2 autores por artigo. As contribuições e participações nas pesquisas são mais comedidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi descrever o panorama da pesquisa em Educação Ambiental em periódicos nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Os resultados principais demonstraram o aumento do número de publicações entre os anos de 2011 e 2015 e a predominância dos estudos qualitativos. Ficou evidenciado que os temas mais abordados nos estudos, no contexto da educação ambiental, estão voltados para o setor empresarial, para os programas de graduação e pós-graduação, e para a administração pública. Este destaque revela que a educação ambiental emerge de organizações com capacidade ou interesse para realizar ações de conscientização, ou estão relacionadas com o estudo formal do tema, através das universidades.

Em relação à Educação Ambiental para o Setor Empresarial, aborda-se as principais ferramentas e formas de gestão adotadas pelas organizações mediante a perspectiva ambiental, baseadas no desenvolvimento sustentável e no desenvolvimento de uma nova cultura organizacional e social. Quanto a abordagem da educação ambiental programas de graduação e pós-graduação os estudos estão voltados para a compreensão da inserção do tema na formação acadêmica. Esta inserção tem como finalidade emergir reflexões sobre a consciência ambiental, buscando entender o reflexo das percepções acadêmicas sobre a educação ambiental e os fatores que desencadeiam as lacunas e tendências no processo de construção do conhecimento.

No campo da gestão pública há um predomínio para a abordagem socioambiental, mediada pelos interesses e conflitos dos atores sociais, e pela busca da ampliação das possibilidades de envolvimento do cidadão na questão ambiental através de ações pontuais. A partir dos dados coletos é possível concluir que existe o aumento de interesse pela pesquisa sobre educação ambiental, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, com predomínio da abordagem qualitativa, a qual é amplamente utilizada no campo das ciências sociais. No entanto, o número de publicações é ainda pouco expressivo se comparado à relevância que as questões ambientais vêm tendo ao longo dos últimos anos.

As reflexões deste artigo revelam a possibilidade de realização de estudos futuros envolvendo diferentes áreas e perspectivas da educação ambiental. Pesquisas futuras podem ser conduzidas para identificar a forma com que a educação ambiental está inserida e sendo empregada no espaço acadêmico, especificamente nos campos da administração, do turismo e da contabilidade. Nessa perspectiva, a utilização de pesquisas com abordagem qualitativa se mostra bastante eficiente à medida que permite com que o fenômeno seja investigado e evidenciado a partir do aprofundamento de suas relações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A.. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.11-32, 2006.

BARBIERI, J. C.. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, v.38, n.6, p.919-946, 2004.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D.. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.12, n.3, p.51-82, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300004>

BRASIL. **Decreto n.4281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei n.9795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2002.

BRASIL. **Lei n.6938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: DOU, 1981.

BRASIL. **Lei n.9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: DOU, 1999.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.

GIESTA, L. C.. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade social corporativa e educação ambiental em contexto de inovação organizacional: conceitos revisitados. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v.5, p.767-784, 2013. DOI: <http://doi.org/10.5902/198346597654>

GIL, A. C.. Métodos e técnicas da pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOBI, P.. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n.118, p.189-206, 2003. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>

LIMA, G. C.. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n.5, p.135-153, 1999. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200010>

MELGAR, M. J. A.; BELLEN, H. M. V.; LUNKES, R. J.. Educação ambiental nas empresas: um estudo de caso na Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.3, n.6, p.124-146, 2006.

MUNARETTO, L. F.; BUSSANELLO, S.. Um estudo sobre inserção da educação ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos do CESNORS/UFSM. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria v.7, p.24-39, 2014. DOI: <http://doi.org/10.5902/1983465911374>

PERINOTTO, A. R. C.. Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.1, p.100-103, 2008.

RIBEIRO, W. C.. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.24, n.68, p.69-80, 2010. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100008>

ROCHA, P. E. D.. Trajetórias e perspectivas da interdisciplinaridade ambiental na pós-graduação brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.6, n.2, p.155-182, 2003. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300010>

SILVA, A. M.; MEIRELES, F. R. S.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; ABREU, M. C. S.. Comportamentos ambientalmente responsáveis e sua relação com a educação ambiental. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v.4, n.1, p.1-16, 2015.

SILVA, F. B.; CECCON S.; GÜNTZEL-RISSATO, C.; SILVEIRA, T. R.; TEDESCO, C. D.; GRANDO, J. V.. Educação ambiental: interação no campus universitário através de trilha ecológica. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v.17, 2006.

SILVA, G. B.; MARACAJÁ, K. F. B.. A educação ambiental e a educação turística no ensino fundamental na Escola Estadual Quintino Bocaiúva e Escola Municipal Professora Palmira Barbosa em Santa Cruz (RN). **Caderno Virtual de Turismo**, v.12, n.3, p.272-286, 2012.

STACCIARINI, J. H. S.; LEITE, E. S.. A evolução da educação ambiental e sua importância no Século XXI. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ÁGUAS, SOLOS E GEOTECNOLOGIAS. **Anais**. Uberaba: IFTM, 2015.

TANNOUS, S.; GARCIA, A.. Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. **Nucleus**, v.5, n.2, 2008.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S.. Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v.20, n.49, p.25-43, 2009. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1519-70772009000100003>

VIEIRA, J. E. G.; ECHEVERRIA, A. R.. A administração pública e a educação ambiental no Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: uma reflexão de uma experiência local. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.1-15, 2007. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1679-39512007000100011>